



CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: uma experiência no Campo de Públicas que produz conhecimento e promove a troca mútua de saberes

Curricularization of University Extension: an experience in the Public Field that produces knowledge and promotes the mutual exchange of knowledge.

CURRICULARIZACIÓN DE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA: una experiencia en el Campo de lo Público que produce conocimiento y promueve el intercambio mutuo de saberes

Grupo temático 01 - Ensino, pesquisa e extensão no Campo de Públicas

Felomena Paiva do Nascimento

Márcio Vinícius do Nascimento Inácio

Raquel Maria da Costa Silveira

RESUMO

Este trabalho analisa a extensão universitária como dimensão estruturante da universidade pública brasileira, com foco em sua inserção curricular no Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O estudo discute a evolução histórica e a institucionalização da extensão universitária no Brasil, com ênfase no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e nas diretrizes da curricularização estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 7/2018. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e analítica, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de ações extensionistas vinculadas ao curso. Os resultados indicam que a integração da extensão à matriz curricular fortalece a formação profissional ao aproximar teoria e prática, ampliar o diálogo com a sociedade e favorecer o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e cidadãs.

Palavras-chave: extensão universitária; curricularização da extensão; Campo de Públicas; formação profissional; UFRN.

ABSTRACT

This paper analyzes university extension as a structuring dimension of Brazilian public universities, focusing on its curricular integration in the Bachelor's Degree in Public Policy Management at the Federal University of Rio Grande do Norte. The study discusses the historical development and institutionalization of university extension in Brazil, with emphasis on the principle of inseparability between teaching, research, and extension, as well as the curricularization guidelines established by Resolution CNE/CES No. 7/2018. Methodologically, this is a qualitative, descriptive, and analytical study based on bibliographic review, documentary analysis, and a survey of extension initiatives linked to the program. The findings indicate that integrating extension into the curriculum strengthens professional education by bringing theory and practice closer together, expanding dialogue with society, and fostering technical, ethical, and civic competencies.

Keywords: university extension; extension curriculum integration; Public Affairs field; professional education; UFRN.

RESUMEN

Este trabajo analiza la extensión universitaria como dimensión estructurante de la universidad pública brasileña, con énfasis en su inserción curricular en la Licenciatura en Gestión de Políticas Públicas de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte. El estudio aborda la evolución histórica y la institucionalización de la extensión universitaria en Brasil, destacando el principio de inseparabilidad entre docencia, investigación y extensión, así como las directrices de curricularización establecidas por la Resolución CNE/CES nº 7/2018. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de carácter descriptivo y analítico, basada en revisión bibliográfica, análisis documental y levantamiento de acciones extensionistas vinculadas al curso. Los resultados indican que la integración de la extensión a la malla curricular fortalece la formación profesional al aproximar teoría y práctica, ampliar el diálogo con la sociedad y favorecer el desarrollo de competencias técnicas, éticas y ciudadanas.

Palabras clave: extensión universitaria; curricularización de la extensión; formación profesional; Campo de lo Público; UFRN.

1. Introdução:

A extensão universitária ocupa posição estratégica na consolidação da universidade pública brasileira, especialmente quando compreendida à luz do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Longe de se configurar como atividade complementar, a extensão constitui um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa e viabiliza uma relação transformadora entre universidade e sociedade, conforme definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 1987, *as cited in* FORPROEX, 2012).

Nesse contexto, a universidade não apenas transmite conhecimento, mas promove formação crítica, inclusão social e desenvolvimento humano, preparando indivíduos para o exercício profissional e para a participação cidadã (Silva, 2024). A extensão amplia essa função ao possibilitar que o saber acadêmico dialogue com demandas sociais concretas, fortalecendo competências técnicas, éticas e sociais dos estudantes.

Conforme destacam Pinheiro e Narciso (2022), a extensão constitui atividade indispensável ao desenvolvimento profissional ao aproximar teoria e prática e romper com a percepção da universidade como espaço isolado da realidade social.

Complementarmente, Andrade (2006) enfatiza que a prática extensionista deve estar orientada por estratégias que fortaleçam o compromisso institucional com a construção de uma sociedade mais justa e solidária, enquanto Oliveira e Winter (2025) relacionam a extensão à democratização do conhecimento e à promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, evidenciando sua contribuição para a redução das desigualdades e ampliação da inclusão social.

Todavia, apesar de sua consolidação normativa e de seu reconhecimento institucional, a efetivação da extensão universitária enfrenta desafios estruturais que tensionam a distância entre diretrizes legais e a prática cotidiana.

A institucionalização constitucional e as orientações da Política Nacional de Extensão Universitária não eliminam entraves relacionados à curricularização, ao financiamento, à governança acadêmica e à sustentabilidade das ações extensionistas. Assim, compreender a extensão exige não apenas reconhecer sua importância formativa e social, mas também analisar criticamente as condições históricas e contemporâneas que moldam sua implementação.

A curricularização da extensão no Brasil ganhou força normativa por meio da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. De acordo com essa resolução, a extensão na educação superior brasileira configura-se como atividade que deve se integrar à matriz curricular e à organização da pesquisa,

constituindo-se como um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico, capaz de promover uma interação transformadora entre as instituições de ensino superior e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Conselho Nacional de Educação, 2018).

O desafio de inserir a extensão nos componentes curriculares do ensino superior trouxe tanto dificuldades de adaptação quanto potencialidades para os mais diversos cursos, que passaram a se reorganizar e desenvolver inovações no âmbito da formação extensionista. Nesse contexto, as instituições de ensino superior editaram normativos internos próprios com o objetivo de oferecer subsídios para o adequado cumprimento da legislação vigente, bem como para orientar e qualificar a atuação de docentes e discentes na implementação das atividades de extensão.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por exemplo, aprovou normativo interno por meio da Resolução nº 006/2022-CONSEPE, de 26 de abril de 2022, que estabelece o Regulamento de Extensão da instituição e institui a curricularização da extensão, entendida como a inserção de atividades extensionistas nos projetos pedagógicos, correspondendo ao percentual mínimo de 10% da carga horária total dos cursos de graduação ou dos cursos técnicos de nível médio. Essa medida visa proporcionar a interação dos estudantes com a comunidade externa em um processo preferencialmente interdisciplinar e indissociável do ensino e da pesquisa, possibilitando relações transformadoras entre universidade e sociedade por meio da produção e aplicação do conhecimento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte [UFRN], 2022).

A partir dessa estruturação normativa, os cursos de diversas universidades, inclusive da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), precisaram se adaptar ao novo contexto, incorporando às suas matrizes curriculares atividades de extensão articuladas ao ensino e à pesquisa. Diversas estratégias foram desenvolvidas nesse processo de adequação institucional. Neste trabalho, serão analisadas as iniciativas implementadas em cursos do Campo de Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A escolha pelo estudo da extensão curricular em um curso do Campo de Públicas justifica-se pela potencialidade dessa área para promover transformações sociais por meio da interlocução com a sociedade, mobilizando múltiplos atores e articulando diferentes estratégias de intervenção. A opção pelo Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte deve-se ao fato de o curso ter incorporado a extensão em sua matriz curricular antes mesmo da publicação do normativo interno da instituição. Em 2018, foi realizada uma revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN, e o documento resultante já contemplava a integração da extensão nos componentes curriculares, encontrando-se alinhado à Resolução CNE/CES nº 7/2018.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre a extensão curricular no Campo de Públicas a partir de um estudo de caso do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com base no levantamento e na análise de estratégias extensionistas desenvolvidas, evidenciando suas contribuições para a formação profissional.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e analítica, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram mobilizados referenciais teóricos contemporâneos sobre extensão universitária (Silva, 2024; Pinheiro & Narciso, 2022; Andrade, 2006; Oliveira & Winter, 2025; Feloniuk, 2025), além de documentos normativos e institucionais, como a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

Em complemento, foi realizado levantamento das ações e projetos de extensão vinculados ao Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN a partir de dados institucionais e registros acadêmicos, buscando identificar áreas temáticas, parcerias, público-alvo e formas de inserção discente, compreendidos como expressões concretas da articulação entre formação acadêmica, prática institucional e compromisso social.

O artigo está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta os fundamentos teóricos da extensão universitária e sua evolução histórica e

institucionalização no Brasil. A segunda discute a inserção da extensão no âmbito da UFRN, com ênfase no Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas, a partir do levantamento das ações e estratégias.

2. Evolução histórica e institucionalização da extensão universitária no Brasil

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012), a extensão universitária é definida como “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FORPROEX, 1987, *as cited in* FORPROEX, 2012, p. 15).

Essa formulação sintetiza uma concepção consolidada ao longo de décadas de disputas conceituais e institucionais, nas quais a extensão deixou de ser compreendida como atividade periférica para se afirmar como dimensão estruturante da universidade pública brasileira. Ao destacar seu caráter processual, educativo e transformador, a definição do FORPROEX rompe com visões assistencialistas e enfatiza a centralidade da interação dialógica entre produção acadêmica e realidade social.

Entretanto, a trajetória histórica da extensão universitária no Brasil revela que essa concepção não esteve presente desde suas origens. No início do século XX, as primeiras iniciativas extensionistas foram marcadas por forte influência de experiências europeias e norte-americanas, assumindo caráter predominantemente assistencialista e difusionista (Nogueira, 2019).

Conforme analisa Feloniuk (2025), essas ações se materializavam por meio de cursos livres, conferências públicas e atividades educativas voltadas à população em geral, buscando ampliar o acesso ao conhecimento produzido nas instituições de ensino superior. Universidades como a Universidade Popular de Manaus, a Universidade Popular Livre de São Paulo e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa protagonizaram essas experiências, além de outras iniciativas no Rio de Janeiro e em Lavras.

Embora tais ações representassem uma tentativa inicial de aproximação entre universidade e sociedade, elas estavam estruturadas sob uma lógica unilateral de transmissão do saber. A universidade assumia o papel de emissora legítima do conhecimento, enquanto a sociedade era concebida como destinatária passiva desse conteúdo (De Medeiros, 2017). Como resultado, estabelecia-se uma assimetria que refletia uma hierarquização da produção científica, na qual o saber acadêmico era considerado superior e, por isso, deveria ser difundido. Assim, ainda que o discurso estivesse relacionado à transformação social, a prática extensionista mantinha-se distante de uma perspectiva de reciprocidade.

O uso formal do termo “extensão” no âmbito normativo brasileiro ocorreu apenas em 1931, com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído pelo Decreto n.º 19.851/1931, durante o governo de Getúlio Vargas. Esse marco jurídico conferiu reconhecimento institucional à extensão, ainda que sua concepção permanecesse limitada.

Na mesma década, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) contribuiu para ampliar a politização do espaço universitário e fortalecer o debate sobre o papel social da educação superior (Imperatore & Pedde, 2015). Contudo, mesmo com respaldo normativo, a extensão continuava dissociada de uma integração curricular sistemática e de uma compreensão política mais ampla de sua função social, permanecendo vinculada a práticas pontuais e não estruturantes.

Nas décadas de 1940 e 1950, a extensão ganhou maior visibilidade, especialmente no âmbito da extensão rural, acompanhando o processo de modernização agrícola e interiorização de políticas públicas. Ainda assim, predominava uma lógica de assistência técnica e transferência de conhecimento, mantendo-se a relação vertical entre universidade e comunidade. Foi apenas a partir da década de 1960 que se intensificaram debates educacionais capazes de tensionar essa estrutura.

A Reforma Universitária de 1968, instituída pela Lei n.º 5.540/1968, representou um momento importante ao reorganizar o ensino superior brasileiro e ampliar o debate sobre suas funções institucionais. Nesse período, surgiram experiências extensionistas vinculadas à cultura popular e à interiorização da educação, além de

iniciativas que colocavam estudantes do último ano de diferentes cursos em contato direto com comunidades locais, ampliando o potencial formativo da extensão (Imperatore & Pedde, 2015).

Segundo Nogueira (2019), mudanças mais estruturais começaram a se delinear a partir de 1974, quando as políticas relacionadas à extensão passaram a receber maior atenção do Poder Executivo. Esse processo culminou, em 1987, com a criação do FORPROEX e a realização do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, na Universidade de Brasília.

Nesse momento consolidou-se uma nova compreensão da extensão universitária, fundamentada nos princípios da integração entre universidade e sociedade, da reciprocidade, da interdisciplinaridade e do compromisso social. A partir desse marco, a extensão passou a ser concebida não apenas como mecanismo de expansão de conhecimento, mas como prática dialógica e transformadora, capaz de promover aprendizagens e contribuir para a democratização do saber.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou a inflexão decisiva nesse processo de institucionalização. Ao estabelecer, em seu art. 207, que as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a Constituição conferiu estatuto constitucional à extensão universitária, elevando-a ao mesmo patamar das demais funções acadêmicas (Brasil, 1988).

Essa previsão normativa não apenas reforçou sua centralidade na organização universitária, mas também consolidou sua dimensão política e social, reconhecendo-a como instrumento essencial para a realização da função social da universidade pública.

A partir desse marco, a extensão deixou de ser compreendida como atividade complementar ou eventual e passou a integrar estruturalmente os projetos pedagógicos institucionais. Sua institucionalização constitucional reafirmou o compromisso da universidade com o desenvolvimento social, com a democratização do conhecimento e com a formação de profissionais comprometidos com a realidade nacional.

Assim, a evolução histórica da extensão universitária no Brasil revela um percurso que vai da assistência à interação dialógica, da difusão unilateral à construção compartilhada do saber, consolidando-se como elemento constitutivo da identidade da educação superior pública brasileira.

O ambiente universitário é composto por desafios e possibilidades que enriquecem o crescimento do aluno de forma social, cultural e profissional. Segundo Silva (2024), a universidade capacita os indivíduos por meio da promoção de habilidades e do incentivo ao pensamento crítico, preparando-os para o mercado de trabalho e proporcionando inclusão e mobilidade social, ao mesmo tempo em que impulsiona a inovação e o crescimento econômico.

A extensão universitária constitui um dos três pilares que sustentam o ensino superior, tendo como principal objetivo aplicar o conhecimento produzido no ambiente acadêmico em contextos reais, contribuindo para o desenvolvimento social e para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a realidade.

Nesse tripé, o ensino está voltado à formação e à transmissão do conhecimento, enquanto a pesquisa se dedica à produção de novos saberes. A extensão, por sua vez, busca aplicar na prática a integração desses dois pilares, constituindo um processo educativo, cultural e científico que promove a interação entre universidade, estudantes e sociedade.

No ambiente universitário, a extensão proporciona aos estudantes experiências concretas em conjunto com professores, grupos de pesquisa, instituições, profissionais e comunidade. Ao participar de projetos de extensão, o aluno fortalece os conhecimentos adquiridos ao longo do curso em sala de aula, desenvolvendo habilidades como responsabilidade, liderança, trabalho em equipe e comunicação. Além disso, a extensão estimula a interdisciplinaridade, uma vez que diferentes cursos e áreas do conhecimento atuam conjuntamente em prol de objetivos comuns.

Conforme Pinheiro e Narciso (2022, p. 64), a extensão constitui atividade indispensável para o desenvolvimento profissional, pois por meio dela o estudante entra em contato com suas primeiras práticas profissionais, podendo refletir sobre os conhecimentos adquiridos e incorporá-los à realidade. Ainda segundo os autores, a extensão rompe com o estereótipo de que a universidade é um espaço distante da sociedade,

aproximando-a da população e criando vínculos que favorecem todos os envolvidos, “possibilitando-lhes também a cooperação para a construção de uma sociedade mais justa e democrática”.

Por meio da extensão, é possível articular o conhecimento científico oriundo do ensino com as inovações e tecnologias provenientes da pesquisa e aplicá-los na sociedade, promovendo transformações. Dessa forma, a extensão vem se firmando como elo central do tripé ensino–pesquisa–extensão que sustenta a universidade pública brasileira.

Para que a extensão contribua efetivamente para a formação universitária, é necessário que suas ações estejam sustentadas por um projeto pedagógico bem estruturado, explicitando elementos essenciais. Conforme o FORPROEX (2012, p. 35), tais elementos incluem: “(i) a designação do professor orientador; (ii) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (iii) a metodologia de avaliação da participação do estudante”.

Outrossim, sua efetivação depende de um diálogo contínuo entre os órgãos responsáveis pelo fomento das ações extensionistas e os colegiados de gestão acadêmica da graduação e da pós-graduação, possibilitando a adequada aplicação das diretrizes da extensão universitária e da legislação vigente:

Como preconizado na Constituição de 1988 e regulamentado pela PNE 2001-2010, a participação do estudante nas ações de Extensão Universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de Extensão Universitária. (FORPROEX, 2012, p. 34).

Esse trabalho de aproximação com a realidade também requer da extensão novas habilidades e métodos capazes de estudar e compreender o contexto apresentado. É necessária uma escuta qualificada, voltada a ouvir as pessoas inseridas naquela comunidade, a fim de buscar formas que sejam reais e compatíveis com suas realidades. Além disso, é fundamental desenvolver sensibilidade para observar e aprender com esses indivíduos sobre suas culturas, saberes e modos de vida, para que as transformações promovidas não comprometam suas identidades culturais.

É importante que essa aproximação permita que o saber científico dialogue com o saber popular, promovendo trocas de experiências e fortalecendo a função social da instituição de forma inclusiva, respeitosa e participativa. Esse modelo socializador privilegia a construção coletiva e considera a capacidade dos sujeitos para tomar decisões e resolver conflitos, além de possibilitar novos pensamentos e reflexões sobre o mundo social (Andrade, 2006).

A universidade, por meio da extensão, proporciona à sociedade um trabalho que ultrapassa os muros institucionais. As parcerias estabelecidas com grupos sociais, organizações e instituições públicas, desenvolvidas por meio de projetos extensionistas, são fundamentais para promover transformações sociais. Tais ações contribuem para difundir o acesso à informação, ampliar oportunidades e melhorar, consequentemente, a qualidade de vida das pessoas envolvidas. Assim, essas iniciativas permitem que os sujeitos vislumbrem caminhos para seu desenvolvimento social, econômico e cultural.

Como ferramenta de democratização do conhecimento, a extensão universitária, por meio de seus projetos, pode abranger diversas áreas, como saúde, educação, cultura, tecnologia e meio ambiente, contribuindo para a construção de soluções que mitiguem necessidades sociais, atendam demandas coletivas e assegurem acesso ao patrimônio cultural e natural, tangível e intangível, “em prol da igualdade de oportunidades e da inclusão social e econômica dos indivíduos como agentes históricos” (Oliveira & Winter, 2025, p. 10).

Cumpram-se também os desafios enfrentados no contexto da extensão universitária. Como apontam estudos sobre sustentabilidade energética, muitas atividades e projetos “são, na maioria das vezes, iniciativas isoladas e não periódicas, apresentando como principais desafios a falta de financiamento e a ausência de iniciativas coordenadas” (Oliveira & Winter, 2025, p. 11). Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecimento da prática extensionista e da construção de políticas institucionais mais claras, ordenadas, sistemáticas e integradas.

É importante ressaltar que a inserção da extensão universitária no plano constitucional, com o reconhecimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no art. 207 da Constituição Federal de 1988, representou um marco decisivo em sua consolidação institucional (Brasil, 1988).

Contudo, a formalização normativa não eliminou os desafios que permeiam sua implementação cotidiana nas instituições de ensino superior. Ao contrário, ampliou sua responsabilidade acadêmica e social, exigindo planejamento estruturado, integração curricular efetiva e sustentabilidade institucional.

A Política Nacional de Extensão Universitária estabelece diretrizes que enfatizam a interdisciplinaridade, a interação dialógica e o impacto formativo das ações extensionistas. Entretanto, a concretização desses princípios ainda enfrenta entraves relacionados à fragmentação das iniciativas, à limitação de recursos financeiros e à ausência de articulação sistêmica entre projetos isolados (FORPROEX, 2012). Em muitos contextos, a extensão permanece dependente do engajamento individual de docentes e estudantes, carecendo de políticas institucionais permanentes que assegurem continuidade, avaliação e expansão das ações

A Resolução CNE/CES nº 7/2018, ao regulamentar a curricularização da extensão e determinar a integralização mínima de créditos extensionistas nos cursos de graduação, intensificou esse debate. Se, por um lado, a medida fortalece a centralidade da extensão no processo formativo, por outro, revela desafios operacionais significativos, especialmente em instituições com restrições orçamentárias ou grande diversidade de perfis estudantis.

É preciso reconhecer que a simples contabilização de horas não garante a qualidade das experiências extensionistas, tornando imprescindível que os projetos estejam vinculados a objetivos pedagógicos claros e a metodologias participativas consistentes. Nesse sentido, destaca-se, neste artigo, a experiência relativa ao Campo de Públicas no Brasil, em razão de seu potencial de transformação social.

3. A extensão no Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Resolução nº 006/2022-CONSEPE, de 26 de abril de 2022, regulamenta a extensão universitária no âmbito institucional, estabelecendo-a como atividade acadêmica indissociável do ensino e da pesquisa, integrada à matriz curricular dos cursos e configurada como processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico. Nessa perspectiva, a extensão promove a interação transformadora entre a instituição e os diversos setores da sociedade, por meio da produção e da troca de conhecimentos.

O normativo dispõe que a extensão deve pautar-se pela interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade, assegurando a troca de saberes, a participação ativa e o enfrentamento das demandas sociais; pela formação cidadã dos estudantes, construída a partir da vivência prática de seus conhecimentos em perspectiva interprofissional e interdisciplinar, integrada e valorizada na matriz curricular; pela produção de transformações tanto na própria instituição quanto nos demais setores sociais, mediante a construção e aplicação do conhecimento articulado a outras atividades acadêmicas e sociais; e, ainda, pela efetiva articulação entre ensino, pesquisa e extensão, ancorada em um processo pedagógico único, interdisciplinar, político, cultural, científico e tecnológico.

Como princípios, a Resolução nº 006/2022-CONSEPE/UFRN estabelece que a extensão universitária deve contribuir para a formação integral do estudante, estimulando sua constituição como cidadão crítico e responsável, comprometido com valores democráticos, antirracistas e não misóginos, bem como com o respeito às diferenças culturais e à diversidade de gênero. O normativo também prevê o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, promovendo a interculturalidade; a realização de iniciativas que expressem o compromisso social da instituição em diversas áreas, especialmente comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, em consonância com políticas voltadas à educação ambiental, educação étnico-racial, educação em direitos humanos, educação indígena, educação especial, educação do campo e educação quilombola; a promoção da reflexão ética articulada à dimensão social do ensino e da pesquisa; o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica no enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; o apoio a princípios éticos que expressem o compromisso social institucional; e a atuação na produção e construção de conhecimentos atualizados e coerentes, orientados para um desenvolvimento social equitativo e sustentável, em diálogo com a realidade social.

ARTIGO

A mesma resolução também definiu as bases da extensão curricular na instituição. Em 2018, a Resolução CNE/CES nº 7 estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, determinando que a extensão na educação superior se configure como atividade integrada à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se como processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico que promove interação transformadora entre as instituições de ensino superior e a sociedade (Conselho Nacional de Educação, 2018).

Nesse contexto, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desenvolve diversos projetos e programas de extensão universitária que exemplificam essa prática. Dentre eles, destaca-se o programa Trilhas Potigueras, criado em 1996, que atua junto a pequenos municípios do estado do Rio Grande do Norte, promovendo interação entre a universidade e comunidades locais. Trata-se de uma das principais ações extensionistas da instituição voltadas à aplicação do conhecimento acadêmico para a melhoria da qualidade de vida da população (Sousa, 2018).

A partir das problemáticas existentes nos pequenos municípios potigueras, caracterizados por uma divisão de trabalho simples, dependente do setor agrário e por uma economia voltada à subsistência, além de um setor terciário limitado a pequenos comércios familiares e outras características sociodemográficas específicas, identificou-se a oportunidade para que os estudantes da UFRN colocassem em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula nos mais diversos cursos de graduação.

O programa tem por missão propor, a partir das demandas e do diálogo com a comunidade, novas formas de aplicação do conhecimento produzido na universidade, visando à construção solidária do saber e ao desenvolvimento sustentável, respeitando a cultura e as tradições locais. Seu objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos municípios participantes por meio da busca de equilíbrio entre sociedade e meio ambiente.

O exemplo apresentado busca evidenciar a expertise acumulada pela UFRN no desenvolvimento de ações e programas de extensão universitária, a qual constituiu base institucional sólida para o processo de curricularização da extensão implementado em 2022.

No âmbito do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas (GPP/UFRN), esse movimento ocorreu antecipadamente. Em 2018, realizou-se a revisão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), cujo documento resultante já previa a integração da extensão aos componentes curriculares, antecipando-se às exigências normativas nacionais. Dessa forma, o curso passou a estruturar-se em consonância com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, demonstrando alinhamento às diretrizes que estabeleceram a obrigatoriedade da inserção da extensão nos currículos da educação superior brasileira.

No processo de curricularização da extensão, o Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN optou por integrar formalmente as atividades extensionistas aos componentes curriculares denominados Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada. Ao longo do curso, o discente cursa seis componentes com essa configuração, estruturados de modo progressivo e articulado, contemplando diferentes etapas do ciclo das políticas públicas.

Esses componentes concentram-se na elaboração de produtos técnicos próprios da atuação profissional na área, como construção de agenda, diagnóstico, formulação de projetos, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Em cada experiência formativa, o estudante realiza estudo teórico aprofundado e, simultaneamente, desenvolve a simulação qualificada da prática profissional aplicada a campos específicos, como saúde, educação, segurança pública e assistência social.

O diferencial reside no fato de que a produção desses produtos não se restringe ao exercício acadêmico interno, ocorrendo em diálogo direto com a comunidade externa. As atividades são desenvolvidas em parceria com instituições públicas, organizações da sociedade civil e diversos atores sociais, assegurando interação dialógica, troca de saberes e vinculação concreta entre formação acadêmica e realidade social.

Cada componente curricular de Ateliê possui carga horária total de 120 horas, das quais 30 horas são destinadas especificamente à extensão. Essas horas extensionistas distribuem-se em 20 horas de ensino de extensão, desenvolvidas conjuntamente por docentes e discentes, e 10 horas de atividades realizadas pelos estudantes.

Nesse contexto, são estabelecidos contatos com instituições externas e diversos atores sociais, públicos e não governamentais, visando à compreensão qualificada da realidade e à atuação concreta por meio da elaboração dos produtos técnicos mencionados. Ao longo do semestre letivo, os discentes mantêm diálogo contínuo com essas instituições e atores, sempre acompanhados e orientados pelos docentes responsáveis pelo componente.

Ao final do período, os produtos desenvolvidos — como diagnósticos, propostas, planos, instrumentos de monitoramento ou avaliações — são apresentados em momento formal de devolutiva às instituições parceiras. Essa etapa consolida o caráter dialógico da extensão, fortalece a articulação entre universidade e sociedade e reafirma o compromisso do curso com uma formação socialmente comprometida.

Como exemplo de projetos de curricularização da extensão realizados nos Ateliês do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas, destacam-se iniciativas que articulam diretamente o componente curricular e a atuação junto a órgãos públicos e atores sociais.

No Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada IV (turma 2025.1), o projeto “Escritório de Projetos: Contribuições Estratégicas ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte” evidencia o fortalecimento dessa proposta. Desenvolvido em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Instituto de Políticas Públicas da UFRN (IPP), o projeto viabilizou a participação discente na elaboração participativa de projetos voltados à gestão estadual.

Complementarmente, o projeto “Mobilizando Agendas de Políticas Públicas a partir da Extensão Curricular (Ateliê I — Tarde)” reforça a centralidade da curricularização da extensão ao inserir os estudantes no debate sobre a formação da agenda pública. Por meio de metodologias participativas e do diálogo com gestores e atores sociais, os discentes exercitam a identificação de problemas públicos, a mobilização de atores e a construção coletiva de produtos relacionados às agendas de políticas públicas.

Além dos Ateliês, os discentes do GPP/UFRN realizam a extensão curricular por meio do componente Vivências Públicas de Extensão Universitária, com carga horária de 120 horas. Conforme o Projeto Pedagógico do curso, o componente envolve a elaboração e execução de um projeto de extensão, desenvolvido coletivamente por discentes e docente orientador, estimulando o protagonismo estudantil e a intervenção comunitária.

Nesse contexto, destaca-se o projeto “Políticas Públicas, cidadania e ações colaborativas”, desenvolvido junto à Escola Estadual União do Povo, em Natal/RN, envolvendo estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio em ações participativas voltadas à educação ambiental e à promoção da cidadania.

Como resultado dessas atividades, foi elaborado um portfólio sistematizando as experiências desenvolvidas e os resultados alcançados, posteriormente apresentado na Mostra do Curso de Gestão de Políticas Públicas, contribuindo para a socialização do conhecimento produzido e para o fortalecimento das redes de colaboração entre universidade e comunidade.

A disciplina de vivências, nesse sentido, não se limita à observação ou análise de realidades sociais, mas envolve os estudantes na construção coletiva de iniciativas voltadas à promoção da cidadania e à melhoria das condições de vida.

Dessa forma, ao priorizar a interação, o diálogo, a interdisciplinaridade e o impacto formativo, a disciplina reafirma a extensão como espaço efetivo de aprendizagem e formação cidadã. A importância dessa prática também se expressa na produção acadêmica resultante do projeto, como o artigo “A prática extensionista no percurso formativo do gestor de políticas públicas” (Neto et al., 2025).

No contexto dos componentes referidos e da extensão curricular, o GPP/UFRN também realiza o evento Mostra de Extensão Aplicada do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas, realizado ao final de cada semestre e que reúne a apresentação dos produtos desenvolvidos pelos grupos dos Ateliês e das Vivências ao longo do período letivo.

A partir dessas experiências, destaca-se, em diálogo com Pinheiro e Narciso (2022), que a inserção do estudante em atividades extensionistas amplia sua capacidade de articular teoria e prática, favorecendo o desenvolvimento profissional e a compreensão crítica da realidade social. Quando integrada ao projeto pedagógico institucional, a extensão potencializa ainda mais esse processo formativo, consolidando-se como elemento central do PPC do

Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas e gerando resultados concretos tanto para a sociedade quanto para o processo de aprendizagem.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que a extensão universitária constitui uma dimensão estruturante da universidade pública brasileira, ao articular formação acadêmica, produção de conhecimento e compromisso social. Longe de se configurar como atividade complementar, a extensão integra o tripé ensino–pesquisa–extensão e desempenha papel central na consolidação da função social da universidade, promovendo a aproximação entre o conhecimento científico produzido no ambiente acadêmico e as demandas concretas da sociedade.

Ao examinar sua importância para o ambiente universitário e para a sociedade, observou-se que a extensão contribui de maneira significativa para a formação integral dos estudantes, ao possibilitar a articulação entre teoria e prática e favorecer o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e cidadãs. Nesse sentido, conforme apontam Silva (2024) e Pinheiro e Narciso (2022), as experiências extensionistas ampliam a capacidade crítica dos estudantes, fortalecem sua compreensão da realidade social e contribuem para a formação de profissionais mais preparados para atuar em contextos complexos e socialmente diversos.

No âmbito do Campo de Públicas, esse potencial assume relevância ainda maior, uma vez que a formação de gestores e profissionais voltados à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas exige a compreensão direta das realidades sociais, institucionais e territoriais nas quais essas políticas se materializam. A extensão, nesse contexto, permite que o estudante vivencie experiências concretas de interação com diferentes atores sociais, ampliando sua capacidade de análise, diálogo e construção de soluções coletivas para problemas públicos.

A experiência analisada no Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) evidencia que a curricularização da extensão pode constituir estratégia institucional relevante para fortalecer a integração entre universidade e sociedade. A incorporação de atividades extensionistas aos componentes curriculares, especialmente por meio dos Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada e da disciplina de Vivências Públicas de Extensão Universitária, demonstra como a extensão pode ser integrada de forma sistemática ao processo formativo, permitindo que os estudantes participem ativamente da construção de diagnósticos, projetos e ações voltadas a demandas sociais concretas.

Essas experiências revelam que a extensão curricular, quando estruturada em diálogo com o projeto pedagógico do curso e articulada com instituições públicas e organizações da sociedade civil, contribui para a formação de profissionais capazes de compreender a complexidade das políticas públicas e de atuar de maneira crítica e comprometida com o desenvolvimento social. Ao mesmo tempo, tais iniciativas fortalecem a função social da universidade pública ao promover a circulação de saberes, a construção coletiva do conhecimento e o enfrentamento de desafios sociais em diferentes territórios.

Entretanto, apesar dos avanços normativos e institucionais observados, a efetivação da extensão universitária ainda enfrenta desafios importantes. A consolidação dessa prática depende de condições institucionais adequadas, que incluem financiamento contínuo, estruturas de governança acadêmica capazes de integrar ensino, pesquisa e extensão, mecanismos sistemáticos de avaliação das ações extensionistas e estratégias institucionais que assegurem continuidade e sustentabilidade às iniciativas desenvolvidas.

Nesse sentido, torna-se fundamental que as instituições de ensino superior ampliem o reconhecimento da extensão como atividade acadêmica estruturante, fortalecendo políticas institucionais que promovam sua integração curricular e sua articulação com demandas sociais concretas. Além disso, o aprofundamento de estudos empíricos sobre experiências de curricularização da extensão pode contribuir para a sistematização de metodologias, práticas e estratégias capazes de orientar outras instituições na implementação de iniciativas semelhantes.



Por fim, as experiências analisadas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte demonstram o potencial transformador da extensão universitária tanto para a formação acadêmica quanto para a sociedade. Ao evidenciar práticas concretas de integração entre universidade e comunidade, este estudo contribui para ampliar o debate sobre a curricularização da extensão no Campo de Públicas e reforça a importância de disseminar e analisar outras experiências institucionais, de modo a fortalecer redes de aprendizagem e multiplicar iniciativas que ampliem o impacto social da universidade pública brasileira.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Referências:

- Andrade, I. A. L. de. (2006). O trabalho social como fazer universitário: A experiência da extensão. In I. A. L. de Andrade (Org.), *Metodologia do trabalho social: A experiência da extensão universitária*. EDUFRN.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (2018). Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018: Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808
- De Medeiros, M. M. (2017). A extensão universitária no Brasil: Um percurso histórico. *Barbaquá*, 1(1), 9–16. <https://periodicosonline.uems.br/barbaqua/article/view/1447>
- Feloniuk, W. (2025). História do conceito de extensão universitária: Aspectos normativos e políticos da atuação universitária brasileira na sociedade. *Revista Interação*, 16(2). <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/88748/66958>
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. (2012). Política nacional de extensão universitária. FORPROEX.
- Imperatore, S. L. B., & Pedde, V. (2015). Curricularização da extensão universitária no Brasil: Questões estruturais e conjunturais de uma política pública. In XIII Congresso Latinoamericano de Extensión Universitaria. <https://portalpadrao.ufma.br/proec/curricularizacao/biblioteca-da-curricularizacao/arquivos-biblioteca/curricularizacao-da-extensao-universitaria-no-brasil-questoes-estruturais-e-conjunturais-de-uma-politica-publica.pdf>
- Neto, M. T. L., et al. (2025). A prática extensionista no percurso formativo do gestor de políticas públicas. *Revista Conexão UEPG*, 21(1), 1–15.
- Nogueira, M. D. P. (2019). A participação da extensão universitária no processo de descolonização do pensamento e valorização dos saberes na América Latina. <https://repositorio.ufmg.br/items/dda247a5-9053-4d11-8f54-d4d346520b6a>
- Oliveira, S. C. de, & Winter, E. (2025). A extensão universitária como ferramenta para o desenvolvimento local sustentável. *Cadernos da Fucamp*, 42, 1–20. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3644>



EBAP

Encontro Brasileiro de Administração Pública
XIII EBAP, Junho de 2026, Brasília-DF, Brasil

ARTIGO

- Pinheiro, J. V., & Narciso, C. S. (2022). A importância da inserção de atividades de extensão universitária para o desenvolvimento profissional. *Revista Extensão & Sociedade*, 14(2). <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/28993/16563>
- Silva, R. M. da. (2024). A educação superior e seu papel de relevância no desenvolvimento econômico e social das nações. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(9). <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15555/8410>
- Sousa, A. da S. Q. (2018). Memória do programa Trilhas Potiguaras (1996–1999): 23 anos depois. *Revista UFG*, 18(24). <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/58603>
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (2022). Resolução nº 006/2022-CONSEPE, de 26 de abril de 2022: Regulamento de extensão da UFRN. <https://www.ufrn.br/resources/documentos/regulamentos/regulamento-de-extensao-UFRN.pdf>